Aurum
EDITORA

DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

https://doi.org/10.63330/aurumpub.057-022

Elisandra Regina Santos
Doutoranda em Ciências da Educação pela CBS Christian Business School

Resumo

O presente estudo tem por objetivo identificar os desafios da implementação as políticas setoriais para a educação como ferramentas essenciais com o intuito de garantir que as necessidades educacionais da sociedade sejam atendidas e que a educação seja um instrumento para a promoção do desenvolvimento social e econômico. Esta pesquisa se justifica por ser as políticas públicas no ambiente educacional uma área de alta demanda e relevante aliado na inserção no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade do Estado com a educação, das demandas sociais, trabalhando em favor da democratização do ensino público, gratuito e de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover o ingresso, a permanência e conclusão dos estudos destes alunos. Como recurso metodológico este trabalho valeu-se da revisão literária, com busca nos bancos de dados digitais e bibliotecas virtuais. Como resultado pode-se observar que os desafios em relação a implementação de políticas públicas educacionais são atemporais e altamente inerentes à cada época, e por isso a busca por soluções neste sentido são cada vez mais urgentes e desta forma abrangência de ações que menorizem os problemas que impedem que se atendam as demandas educacionais vem conquistando espaços que vão proporcionando novas possibilidades para a divulgação e efetivação acerca das políticas sociais para expandir os direitos e emancipar a sociedade.

Palavras-chave: Desafios; Educação; Implementação; Políticas Públicas Educacionais; Políticas Setoriais.

1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito social fundamental e pilar para o desenvolvimento humano e sustentável de uma nação, ocupa lugar central nas agendas governamentais e nos debates acadêmicos contemporâneos. No entanto, a promessa de uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, consagrada em marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), frequentemente esbarra em um abismo preocupante entre o ideal normativo e a realidade vivenciada nas escolas e comunidades.

É nesse limiar que se situa o cerne da problemática atual: a implementação de políticas públicas educacionais, compreendida não como um ato meramente burocrático ou técnico, mas como um processo político, social e profundamente humano, repleto de tensões, contradições e desafios que transcendem a simples alocação de recursos.

Na contemporaneidade, marcada por transformações tecnológicas aceleradas, desigualdades sociais estruturais persistentes e crises de diversas ordens, sanitárias, climáticas e políticas, o papel da política educacional se torna ainda mais complexo e estratégico. Os desafios de sua implementação, portanto, não podem ser reduzidos a falhas de gestão ou à escassez de investimentos, ainda que esses fatores sejam preponderantes. Eles emergem de uma teia de interdependências que envolve a formação e o bem-estar docente, a adequação curricular às novas demandas do século XXI, a infraestrutura física e digital das instituições, a participação efetiva da comunidade escolar e, crucialmente, a capacidade do Estado de coordenar diferentes níveis federativos e setores sociais em torno de um projeto comum.

Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise abrangente sobre os múltiplos obstáculos que dificultam a efetivação de políticas públicas educacionais no Brasil atual. Ao invés de uma abordagem puramente crítica ou pessimista, busca-se compreender as raízes desses desafios e suas manifestações no cotidiano escolar, reconhecendo que, para além dos dados estatísticos e dos relatórios de gestão, existem histórias de alunos, professores e gestores que vivenciam, na prática, os efeitos dessas políticas.

O estudo se justifica em razão da reflexão que se empreende parte da premissa de que uma política pública educacional somente se consolida quando dialoga com a realidade local, acolhe a diversidade, valoriza os atores educativos e se reinventa continuamente diante das adversidades. Ao longo deste estudo, foram abordados desde os entraves históricos e estruturais, como a fragmentação do sistema de ensino e a insuficiente valorização profissional, até os obstáculos emergentes, como a inclusão digital e a promoção de uma educação para as relações étnico-raciais e para a cidadania global.

Por fim, acredita-se que, ao lançar luz sobre essas complexidades, é possível não apenas compreender o "porquê" das dificuldades, mas também vislumbrar caminhos possíveis para uma implementação mais eficaz, democrática e, sobretudo, humanizada das políticas educacionais. Pois, em última análise, o sucesso de qualquer política pública se mede não pela quantidade de documentos produzidos ou metas burocráticas atingidas, mas pela capacidade de transformar, de forma significativa e duradoura, a vida de cada cidadão que tem na educação a chave para seu projeto de futuro.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E AS QUESTÕES SOCIAIS

A educação no Brasil é um tema complexo e repleto de desafios, especialmente no que diz respeito às questões sociais. Ao analisarmos o panorama educacional do país, é evidente que existe uma profunda relação

entre a educação e as questões sociais, uma vez que a desigualdade social e a exclusão afetam diretamente o acesso, a qualidade e a equidade do ensino. Conforme Bastos (2016), os desafios enfrentados pela educação brasileira estão intrinsecamente ligados às disparidades sociais que caracterizam o país.

Uma das principais questões sociais que impactam a educação no Brasil é a desigualdade socioeconômica. O país apresenta um cenário marcado por profundas disparidades entre regiões, estados e municípios, onde alguns têm acesso a recursos educacionais de qualidade, enquanto outros enfrentam carências estruturais e falta de investimento. Isso resulta em uma educação desigual, que reproduz e perpetua as desigualdades sociais, limitando as oportunidades de desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a universalização do acesso à educação esbarra em problemas estruturais que comprometem a equidade, como apontam os estudos sobre os desafios educacionais brasileiros (Bastos, 2016).

Além da desigualdade socioeconômica, a educação no Brasil também enfrenta o desafio da exclusão social. Grupos marginalizados, como negros, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e aqueles em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes são negligenciados pelo sistema educacional. A falta de políticas inclusivas e a ausência de medidas efetivas para combater o preconceito e a discriminação contribuem para a exclusão desses grupos, dificultando seu acesso à educação de qualidade. A efetiva inclusão desses grupos demanda políticas públicas específicas que considerem as diversidades presentes na sociedade brasileira (Bastos, 2016).

Outra questão social que afeta a educação é a violência nas escolas e nas comunidades. A violência é um fator que compromete o ambiente escolar e interfere no processo de aprendizagem dos estudantes. A falta de segurança, a presença de conflitos e a exposição a situações de violência podem gerar um clima de medo e insegurança, prejudicando o rendimento escolar e o bem-estar dos alunos. Estudos demonstram que a evasão escolar está diretamente relacionada a fatores externos à escola, incluindo a violência e a vulnerabilidade social, que afastam os estudantes do ambiente educacional (Oliveira; Nóbrega, 2021).

É importante destacar que a superação dessas questões sociais na educação requer ações integradas e políticas públicas efetivas. Investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores, valorização da carreira docente, implementação de programas de inclusão e combate à violência são algumas das medidas necessárias para enfrentar os desafios sociais que afetam a educação no Brasil. Para Tartuce et al. (2018), as iniciativas das secretarias de educação têm se mostrado fundamentais para enfrentar os desafios do ensino, especialmente no que tange à permanência dos estudantes na escola.

Além disso, é fundamental promover a participação e o engajamento da sociedade civil, das famílias e das comunidades na busca por uma educação mais justa e inclusiva. O diálogo entre diferentes atores sociais, a articulação de políticas intersetoriais e a promoção de espaços democráticos de discussão são fundamentais para enfrentar e transformar as questões sociais que impactam a educação. A construção de uma educação

democrática depende do envolvimento de todos os segmentos da sociedade, conforme ressaltam os estudos sobre políticas educacionais (Tartuce et al., 2018).

A superação desses desafios requer uma abordagem integrada, com políticas públicas efetivas, investimentos adequados e o envolvimento de toda a sociedade. Somente através do enfrentamento das questões sociais é possível construir uma educação mais justa, inclusiva e igualitária, que garanta a todos os estudantes o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e oportunidades de crescimento. É preciso reconhecer que a educação é um direito humano fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Essa compreensão está alinhada com as discussões sobre os desafios estruturais da educação brasileira (Bastos, 2016).

Nesse sentido, é fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade de garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua origem socioeconômica, raça, gênero, orientação sexual ou qualquer outra forma de diferenciação. Isso implica em políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades, reduzindo as desigualdades sociais e oferecendo condições adequadas para o acesso, permanência e sucesso dos estudantes no ambiente escolar. Conforme Oliveira e Nóbrega (2021), a permanência do estudante na escola é um desafio que se perpetua na educação brasileira, exigindo ações contínuas e articuladas.

Para enfrentar as questões sociais que permeiam a educação no Brasil, é necessário investir na formação e valorização dos profissionais da educação, garantindo condições de trabalho adequadas, salários dignos e programas de desenvolvimento profissional. Além disso, é imprescindível fortalecer a participação da comunidade escolar, estimulando o envolvimento dos pais, responsáveis, estudantes e demais atores sociais na construção de uma educação mais inclusiva e democrática. As políticas de formação docente são essenciais para a melhoria da qualidade educacional (Tartuce et al., 2018).

2.2 POLÍTICAS SETORIAIS PARA A EDUCAÇÃO

As políticas públicas na educação são fundamentais para garantir que o acesso à educação seja universal, equitativo e de qualidade. Elas estabelecem diretrizes, programas e ações que buscam assegurar o direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal, promovendo o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Nesse contexto, as políticas setoriais desempenham um papel crucial na organização do sistema educacional (Tartuce et al., 2018).

A implementação de políticas públicas educacionais tem como objetivo enfrentar desigualdades históricas, como a exclusão de grupos em situação de vulnerabilidade, seja por questões socioeconômicas, raciais, regionais ou de gênero. Por meio dessas políticas, busca-se garantir a inclusão de todos os indivíduos, assegurando que tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente de suas condições. As políticas de inclusão são fundamentais para reduzir as disparidades educacionais (Bastos, 2016).

Outro aspecto crucial é a melhoria da qualidade do ensino. Políticas públicas voltadas para a formação continuada de professores, modernização das infraestruturas escolares, investimento em tecnologias educacionais e revisão curricular são exemplos de iniciativas que visam elevar o nível de ensino, tornando-o mais eficiente e adequado às necessidades contemporâneas. Nesse contexto, a inserção de tecnologias educacionais na rede pública, por meio de programas como o ProInfo, representa um avanço significativo na modernização do ensino, embora enfrente desafios de implementação (Martins; Flores, 2025). A expansão e democratização do acesso às tecnologias na rede pública são aspectos fundamentais para a modernização educacional.

Além disso, políticas públicas na educação também têm um papel relevante na promoção da cidadania. Elas contribuem para a formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, preparados para atuar de maneira responsável e ética na sociedade. Ao integrar aspectos como educação ambiental, ética, diversidade e inclusão no currículo escolar, as políticas públicas ajudam a construir uma sociedade mais justa e solidária (Souza, 2026).

Por fim, o impacto econômico das políticas públicas na educação é inegável. Um sistema educacional eficiente contribui para a formação de mão de obra qualificada, impulsionando o crescimento econômico e reduzindo a desigualdade social. Investir em educação é, portanto, investir no futuro do país, garantindo desenvolvimento sustentável e melhores condições de vida para toda a população (Silva; Casagrande, 2020).

Desta forma, as políticas públicas são o alicerce para uma educação que promove a equidade, a qualidade e a transformação social, sendo indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e desenvolvida. Políticas setoriais para a educação são ações governamentais destinadas a melhorar o acesso, a qualidade e a efetividade do sistema educacional em um determinado país ou região(Silva; Casagrande, 2020).

Essas políticas têm como objetivo garantir que as necessidades educacionais da sociedade sejam atendidas e que a educação seja uma ferramenta para a promoção do desenvolvimento social e econômico. As políticas setoriais devem ser planejadas de forma integrada com outras áreas governamentais (Silva; Casagrande, 2020).

Uma das políticas setoriais mais importantes na educação é o financiamento. A maioria dos países possui sistemas de financiamento público que garantem o acesso à educação para todos os seus cidadãos. No entanto, muitas vezes esses sistemas são insuficientes e não atendem às necessidades educacionais da sociedade. Nesse sentido, é necessário investir na expansão do financiamento público para a educação, a fim de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. O financiamento adequado é essencial para a efetividade das políticas educacionais (Souza, 2026).

Outra política setorial importante é a formação de professores. A formação de professores é fundamental para garantir a qualidade da educação e deve ser constantemente atualizada e aprimorada para

atender às demandas da sociedade. Para isso, é necessário investir em programas de formação de professores e incentivar a participação dos docentes em cursos de atualização e capacitação. A valorização da carreira docente é um elemento-chave para a melhoria da educação (Tartuce et al., 2018).

A avaliação e monitoramento da qualidade da educação também são políticas setoriais importantes. A avaliação do desempenho dos alunos e das escolas permite identificar problemas e áreas que precisam ser melhoradas. O monitoramento contínuo da qualidade da educação é essencial para garantir que as políticas e estratégias implementadas estejam atendendo às necessidades dos alunos e da sociedade(Silva; Casagrande, 2020).

Políticas setoriais para a educação também devem levar em consideração a diversidade cultural e as necessidades específicas de grupos marginalizados, como indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. É necessário investir em políticas de inclusão para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão desses grupos requer ações afirmativas e políticas específicas (Souza, 2026).

Além disso, políticas setoriais para a educação devem ser integradas a outras políticas sociais, como saúde, habitação e emprego. Uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento humano e econômico, e deve ser considerada como uma prioridade em todas as políticas governamentais. A intersetorialidade é fundamental para o sucesso das políticas educacionais (Tartuce et al., 2018).

Assim, políticas setoriais para a educação são fundamentais para garantir o acesso, a qualidade e a efetividade do sistema educacional em um país ou região. O financiamento adequado, a formação de professores, a avaliação e monitoramento da qualidade da educação, a inclusão de grupos marginalizados, a utilização de tecnologias educacionais e a integração com outras políticas sociais são algumas das políticas setoriais mais importantes que devem ser implementadas para promover uma educação de qualidade(Silva; Casagrande, 2020).

Nesse sentido, programas como o ProInfo e o Programa Educação Conectada representam esforços do poder público para integrar as tecnologias digitais ao cotidiano escolar, ampliando o acesso e a qualidade do ensino (Basniak; Soares, 2016; Silva; Casagrande, 2020). O mapeamento dessas políticas demonstra a importância da inovação e da conectividade no ambiente educacional.

2.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O sistema educacional brasileiro passou por inúmeras transformações nas últimas décadas. E se considerar as estatísticas, observa-se um efetivo crescimento na busca pela educação, como um todo. As taxas de analfabetismo reduziram, o nível de escolaridade média da população aumentou, o tempo de permanência na escola se encontra dentro dos parâmetros normais. E neste ínterim denota-se que a escola vem cumprindo

o seu papel principal diante da sociedade é de atentar-se para a concretização da educação formal dos cidadãos. Essas transformações são resultado de políticas públicas implementadas ao longo dos anos (Bastos, 2016).

Ao se iniciar uma reflexão sobre as políticas públicas educacionais, tem no contexto aqui levantado, uma fundamentação epistemológica. E a busca em se discuti-las, deve-se a priori, ter o intuito de entender o seu conceito como sendo um conjunto de ações específicas do governo, instituídas com o desígnio de concretizar a educação, promovendo assim, uma série de efeitos peculiares a este meio. Deste modo, os governos, dentro das diferentes esferas do poder procuram interatuar de forma direta ou mesmo delegada, dentro do âmbito educacional, e de tal modo influenciar contundentemente a realidade de cada cidadão (Oliveira; Nóbrega, 2021).

Abarcando a política pública como consequência da prática social, enfatiza-se a necessidade de averiguar tanto as decorrências históricas quanto o sistema de acepções que transpõem as relações sociais e distinguem sua implantação em um contexto específico. A análise histórica das políticas educacionais revela a influência de diferentes concepções pedagógicas ao longo do tempo (Silveira, 2022).

Observa-se que as mencionadas ações têm impacto sobre esta realidade, mas também há o impacto notório ocasionado pelas omissões a elas relacionadas. Deve-se perceber neste ínterim, a amplitude do conceito de educação, outrossim há que limitar um eixo específico dentro desta amplidão para se abordar as políticas educacionais, necessitando muitas vezes de se ater às questões escolares (Costa, 2019).

Assim, pode-se dizer que, numa análise preliminar, a política pública no âmbito educacional é o que vincula as determinações e objetivos legais com a realidade inerente a cada situação. As omissões do poder público muitas vezes comprometem a efetividade das políticas educacionais (Oliveira; Nóbrega, 2021).

Ao se considerar as pertinentes indagações que podem surgir sobre a relevância das políticas públicas educacionais para a sociedade hodierna, observa-se que estas têm um efetivo e notório valor para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equânime, pois visa sobretudo suprir desigualdades e diferenças no âmbito educacional. As políticas públicas educacionais, levam em consideração a realidade de cada lugar ou mesmo de cada programa/projeto educacional específico, para que possam ser instituídas e implantadas. A contextualização é fundamental para o sucesso das políticas educacionais (Tartuce et al., 2018).

Neste contexto parte-se das premissas de que as políticas educacionais se adequadamente elaboradas, bem planejadas e eficazmente implantadas, atuam significativamente na busca e na efetivação da cidadania e bem como no processo de formação e conscientização de um indivíduo preparado para o futuro, para sua participação na sociedade. O planejamento adequado é essencial para a efetividade das políticas (Bastos, 2016).

Conforme se observa, trata-se de uma proposta não apenas de abordagem metodológica para as pesquisas sobre políticas educacionais, mas de uma perspectiva que vislumbra outro sentido para as discussões

acerca desta temática, avançando os limites da denúncia, e chegando em uma realidade que é transformada pelo conhecimento e pelos saberes como um todo (Silva; Casagrande, 2020).

Entende-se que as políticas públicas educacionais estão presentes no dia-a-dia das instituições sob o contexto da participação da sociedade como um todo na melhoria e na efetivação da realidade escolar. A participação social é um elemento-chave para a democratização da educação (Oliveira; Nóbrega, 2021).

Dentro do contexto escolar, considerando uma específica correlação de interesses da comunidade escolar, num aspecto global, entre eles os benefícios aos alunos, professores, para as famílias e também para todo o sistema corporativo da escola, observa-se que em cada forma de minimizar as diferenças e os problemas, de se garantir a educação de qualidade para todos, de se efetivar a cidadania na garantia dos direitos e deveres de cada um, estão presentes na prática as políticas públicas educacionais, ressaltando no sistema normativo que garante o funcionamento adequado do processo de ensino e aprendizagem. A gestão democrática é fundamental para a efetividade das políticas educacionais (Tartuce et al., 2018).

As políticas surgem num contexto que visa otimizar e melhorar os respectivos aproveitamentos na realidade do processo de ensino e aprendizagem, como já dito, por exemplo o acesso à escola, o combate a problemas comuns como a evasão, e a reprovação. De acordo com Oliveira e Nóbrega (2021), a evasão escolar é um problema que se perpetua na educação brasileira, exigindo políticas públicas efetivas que atuem tanto na prevenção quanto na recuperação dos estudantes que abandonam a escola. A permanência do estudante na escola é um desafio que requer ações integradas.

2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE

No que tange à formação docente, as políticas públicas visam ou pelo menos deveriam visar uma efetiva melhoria no processo de formação para que então se atingisse o todo educacional. Esta preocupação tem ocorrido desde a segunda metade do século passado, e ganharam notoriedade nas últimas décadas. Diante disto observou-se o considerável aumento nos investimentos por parte dos governos na área educacional e também mudanças significativas na formação docente, para se trazer um outro prisma para a educação brasileira(Costa, 2019).

Um foco bastante trabalhado foi a educação básica e as melhorias inerentes a este eixo educacional. Conforme Tartuce et al. (2018), as iniciativas das secretarias de educação têm enfrentado desafios significativos para melhorar a qualidade do ensino médio, o que reflete diretamente na necessidade de formação continuada dos professores.

Faz-se necessário entender que a melhoria da formação docente surgiu não apenas com o intuito de ter um ensino de qualidade para os futuros professores, mas também porque mudando as metodologias, as ideologias, a formação acadêmica para um aspecto mais crítico e inovador, automaticamente estaria se investindo na educação do futuro. Entretanto este é um assunto que envolve bastante discussão e empenho em

se lidar com as demandas que surgem com as adequações exigidas pelas novas realidades da sociedade. A inovação pedagógica é um tema recorrente nas discussões sobre formação docente (Silveira, 2022).

Neste contexto é preciso entender que a formação de professores deve ser considerada apenas uma demanda não esfalfada, mas sobretudo uma realidade que é um desafio constante, e que exige políticas públicas de incentivo, de acesso e de formação dos docentes, principalmente considerando que muitas destas políticas públicas nem foram implantadas. A formação continuada é essencial para a atualização profissional dos docentes (Tartuce et al., 2018).

Neste texto concorda-se com a necessidade de que a formação do profissional docente seja repensada, e sobretudo reestruturada de forma contínua para a plenitude do seu desenvolvimento. O desenvolvimento profissional docente deve ser uma prioridade nas políticas educacionais (Bastos, 2016).

Observa-se então que a implantação das políticas públicas de formação de professores precisa sobretudo buscar amparar o futuro docente, permitindo que através de contínuas reflexões sobre a sua prática profissional, e sobretudo através da autonomia das ideias, proporcionar meios de desenvolvimento da prática pedagógica. A reflexão sobre a prática é fundamental para o aprimoramento docente (Silveira, 2022).

Neste ínterim espera-se que as políticas pedagógicas, sejam elas na forma de leis que normatizem a educação, sejam através de ações afirmativas, seja por meio de suporte adequado para edificação do conhecimento, além de incentivar uma formação adequada ofereça condições de colocar o aprendizado em prática, com atuações ricas em possibilidades e oportunidades, possibilitando assim tanto a criação quanto o desenvolvimento de conhecimentos e ajudem o processo de ensino e aprendizagem. As políticas de formação docente devem ser articuladas com as demais políticas educacionais (Tartuce et al., 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que a transformação da educação no Brasil também requer políticas de inclusão que considerem as especificidades e diversidades presentes em nossa sociedade. É necessário assegurar o acesso equitativo e o atendimento adequado a grupos historicamente marginalizados, promovendo ações afirmativas e programas de combate às desigualdades. Essas ações devem ser planejadas considerando a realidade de cada comunidade escolar.

Ao superar as questões sociais que afetam a educação, o Brasil poderá alcançar benefícios significativos para a sociedade como um todo. Uma educação de qualidade e inclusiva possibilita a formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento do país. Além disso, uma educação que promove a igualdade de oportunidades e combate a exclusão social tem o potencial de reduzir as desigualdades, gerar mobilidade social e fortalecer a coesão social.

A relação entre a educação no Brasil e as questões sociais é intrínseca e complexa. A superação desses desafios requer uma abordagem abrangente, que envolva políticas públicas efetivas, investimentos adequados, participação da sociedade e valorização dos profissionais da educação. Somente assim poderemos construir um sistema educacional mais justo, inclusivo e que contribua para a construção de uma sociedade mais igualitária e desenvolvida. Essa visão integrada é defendida por diversos autores que estudam a realidade educacional brasileira.

É possível confirmar a mudança na realidade contemporânea quanto à forma de planejamento educacional, adotada nas diversas esferas governamentais, visão essa que se amplia com a prática das Políticas Públicas por meio de ações estruturantes na rotina da escola. O planejamento educacional contemporâneo considera a participação de todos os atores escolares.

O intuito maior a ser buscado sempre é se atingir uma educação de qualidade, com resultados, e para isto é necessário que se reconheça a identidade da escola, e isto é fundamental. E para tanto é absolutamente primordial esta supracitada prática, contemplando todas as dimensões de uma escola democrática e, da consolidação da igualdade em seu ambiente pedagógico, sendo este um dos caminhos para essa democracia efetiva na construção dos valores humanos no cotidiano escolar. A democracia escolar é construída a partir da participação de todos os envolvidos.

Por fim ao abordar as políticas públicas educacionais, deve-se ter em mente que toda e qualquer mudança é na realidade um processo que sofre uma forte influência de muitos fatores, com a educação não seria diferente, há uma infinidade de fatores de diferentes naturezas interferindo em todo o processo de mudança.

Assim sendo, é de absoluta relevância a valorização das políticas educacionais, o incentivo àquelas mais congruentes, que objetivem contribuir para o avanço da qualidade da educação básica como um todo, e também intervir no processo de formação dos docentes, a fim de que estes priorizem a qualidade neste nível de ensino. A valorização das políticas educacionais é essencial para a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

BASNIAK, Maria Ivete; SOARES, Maria Tereza Carneiro. O ProInfo e a disseminação da Tecnologia Educacional no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 20, n. 2, p. 201-214, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/4496/449646791007/. Acesso 17 Jun. 2026.

BASTOS, Manoel de Jesus. Os Desafios da Educação Brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 39-46 janeiro de ISSN:2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-brasileira. Acesso 17 Jun. 2026.

COSTA, Lúcia Margarete. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) Expansão, democratização e inserção das tecnologias na Rede Pública de Comunicação e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 52-63, 2019. Disponível em: www.aedb.br. Acesso 25 Jun. 2026.

MARTINS, Ronei Ximenes; FLORES, Vânia de Fátima. A implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): revelações de pesquisas realizadas no Brasil entre 2007 e 2011. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, p. 112-128, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/WhDJhQrDnPZ4tvPKWybvwKt/ Acesso 18 Jun. 2026.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 19, 25 de maio de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-umproblema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira. Acesso em 23 Jun. 2026.

SILVEIRA, José de Anchieta. Construcionismo e inovação pedagógica: uma visão crítica das concepções de Papert sobre o uso da tecnologia computacional na aprendizagem da criança. **THEMIS: Revista da Esmec**, v. 10, p. 119-138, 2022. Disponível em: https://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/article/view/87. Acesso em 25 Jun. 2026.

SILVA, Renan Eduardo da; CASAGRANDE, Monalisa Alberton. Programa educação conectada: o uso de tecnologia para o cumprimento das metas de educação básica no plano nacional de educação. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 43, p.109-120, agosto 2020. Disponível em https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/3332. Acesso em 24 Jun. 2026.

SOUZA, Raquel Aparecida. Mapeamento sobre a Política Inovação Educação Conectada PIEC. **Anais Conedu**. 2026. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18270. Acesso em 24 Jun. 2026.

TARTUCE, Gisela Lobo BP et al. Desafios do ensino médio no Brasil: iniciativas das secretarias de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 478-504, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/z7gwS6rpMRXHC7BY7yDfxsj/ Acesso em 28 Jun. 2026.